

Dossiê: Batuque e ancestralidade: diálogos entre o popular e o sagrado na cultura**Semba: ruptura e arranjo na preservação da identidade linguística de Angola****Justino Jorge José**Mestrando em Linguística Aplicada (PPG-LA/UNICAMP)
justinojorge21@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-5884-269>**Octávio Bengui José Hinda**Mestre em Educação (PPGED/UEA)
octaviobengui@gmail.com/ <https://orcid.org/0009-0004-5289-8112>**RESUMO**

No período de 1947, em plena circunstância colonial angolana, os musseques de Luanda transformaram-se em lugares de acentuada efervescência cultural e de afirmação de identidades locais. Nessa época, apontado pelo crescimento das populações urbanas e pela consolidação de novos modos de socialização, a música exerceu um papel relevante na manifestação das vivências, dos valores e das motivações dos angolanos subordinados ao controle colonial português. O artigo "Semba: Ruptura e arranjo na preservação da identidade linguística de Angola". Discute o papel do "semba" como um gênero musical, de expressão da identidade cultural e linguística de Angola, destacando sua origem nos musseques de Luanda durante o período colonial. Influenciado pela diversidade sociocultural do país, o semba tornou-se um importante símbolo de resistência à dominação portuguesa e de construção de uma consciência nacionalista. Ao longo do tempo, firmou-se como uma das principais manifestações culturais angolanas, contribuindo para a preservação das línguas nacionais e para a promoção da cultura angolana no mundo.

Palavras-chave: Semba; musseque; colonização; resistência cultural; antropologia linguística.

Semba: Rupture and arrangement in the preservation of Angola's linguistic identity

ABSTRACT

In 1947, amidst the colonial context in Angola, Luanda's *musseques* (informal settlements) became hubs of intense cultural vibrancy and the assertion of local identities. Driven by urban population growth and the consolidation of new forms of social interaction, music played a significant role in expressing the lived experiences, values, and motivations of Angolans living under Portuguese colonial rule. The article "Semba: Rupture and Arrangement in the Preservation of Angola's Linguistic Identity" discusses the role of *semba* as a musical genre that expresses Angola's cultural and linguistic identity, highlighting its origins in Luanda's *musseques* during the colonial era. Influenced by the country's sociocultural diversity, *semba* became a key symbol of resistance against Portuguese domination and a vehicle for building a nationalist consciousness. Over time, it established itself as one of Angola's foremost cultural expressions, contributing to the preservation of national languages and the promotion of Angolan culture globally.

Keywords: Semba; Musseque; Colonization; Cultural Resistance; Linguistic Anthropology.

Semba: ruptura y articulación en la preservación de la identidad lingüística de Angola

RESUMEN

En 1947, en pleno apogeo del colonialismo angoleño, los musseques (barrios marginales) de Luanda se transformaron en espacios de intensa efervescencia cultural y afirmación de las identidades locales. En aquella época, marcada por el crecimiento de la población urbana y la consolidación de nuevas formas de socialización, la música desempeñó un papel fundamental en la expresión de las experiencias, los valores y las motivaciones de los angoleños bajo el dominio colonial portugués. El artículo «Semba: Ruptura y Reorganización en la Preservación de la Identidad Lingüística de Angola» analiza el papel de la semba como género musical, expresión de la identidad cultural y lingüística de Angola, destacando sus orígenes en los musseques de Luanda durante el periodo colonial. Influenciada por la diversidad sociocultural del país, la semba se convirtió en un importante símbolo de resistencia a la dominación portuguesa y en la construcción de una conciencia nacionalista. Con el tiempo, se consolidó como una de las principales manifestaciones culturales angoleñas, contribuyendo a la preservación de las lenguas nacionales y a la promoción de la cultura angoleña a nivel mundial.

Palabras clave: Semba; Musseque; Colonización; Resistencia Cultural; Antropología Lingüística.

Introdução

Angola, localizada na costa sudoeste da África, foi uma ex-colônia de Portugal e destaca-se por sua diversidade linguística e cultural. Com uma área de 1.246.700 km², é o sétimo maior país do continente africano em extensão territorial. Angola é banhada a oeste pelo Oceano Atlântico e faz fronteira ao norte com a República do Congo e a República Democrática do Congo, a Leste com a Zâmbia e a República Democrática do Congo, ao sul com a Namíbia.

Do século XV, 1482 a 1483, com a chegada do primeiro navio de exploradores onde se encontrava o Diogo Cão; os portugueses chegaram à costa e estabeleceram relações comerciais com os reinos locais, como o Reino do Kongo e o Reino do Ndongo, que mais tarde viriam estreitar uma aliança conflituosa com Portugal por intermédio do seu emissário Paulo Dias de Novais (Thornton, 1998). Fonseca (2010, p. 392) afirma que, “Após duas expedições frustradas para converter o Ngola, Paulo Dias de Novais chega em 1575 com a “carta de doação” de D. Sebastião, estabelecendo a “conquista” a partir da recém fundada São Paulo de Luanda”.

É relevante problematizar a afirmação de que a colonização de África teria acontecido apenas no século XIX, depois da ocorrência da penetração e com o término das resistências dos reinos ou impérios africanos. Essa concepção tende a ligar a colonização definitivamente à ocupação territorial e à instituição formal da dominação colonial, sobretudo por meio da Conferência de Berlim e do reforço da divisão de África nos últimos períodos do século XIX. Portanto, uma análise mais alargada permite entender a colonização como parte de um percurso de longa duração, constituído por diversos modos de relação, movimento, domínio, pilhagem, construção de conhecimento e representação das sociedades africanas, que precederam a fortificação do domínio colonial europeu.

O livro sobre História da África, orientada pela UNESCO em 2010, garante de forma justa essa compreensão histórica em várias temporalidades. A coleção demonstra as sociedades africanas em sua pluralidade e historicidade singular e única, englobando desde a pré-história e a África antiga até as evoluções políticas, econômicas e sociais das épocas moderna e contemporânea.

A mesma perspectiva é partilhada pelo Mudimbe (2019), a construção do conhecimento em relação a África foi criada por intermédio de várias categorias e

representações por meio dos quais o continente passou a ser percebido, organizado e inserido ao imaginário e ao comando epistemológico ocidental.

Com o sistema colonial já instaurado, os indígenas, designação atribuída aos angolanos durante o período colonial, forjaram diversas ferramentas de luta e resistência. Nesse sentido, o semba constitui um dos estilos musicais que integram o universo das sonoridades existentes em Angola e que se desenvolveu a partir da década de 1950.

A consolidação e a popularização do semba impactaram positivamente a cultura angolana, ajudando na construção de uma identidade cultural para o país. Com o tempo, tornou-se um dos símbolos nacionais. O semba enquadra-se como uma expressão artística de afirmação identitária do povo angolano em oposição à dominação portuguesa, mas que, hoje em dia, serve como uma ferramenta para a preservação das línguas angolanas e também para a divulgação da cultura angolana a nível mundial (Garcia e Reily, 2023).

Na época colonial, o semba era visto apenas como um estilo que caracterizava os luandenses (habitantes de Luanda, capital de Angola, cidade associada ao grupo étnico Ambundu/Kimbundu). Ele é um ritmo de dança e uma manifestação cultural angolana que incorporou diversas características estéticas e musicais, refletindo a diversidade cultural dos musseques/bairros da capital, onde foi criado.

Neste contexto, o presente artigo visa analisar “Semba: Ruptura e arranjo na preservação da identidade linguística angolana” visa analisar o gênero musical semba como forma de expressão da identidade linguística dos angolanos e seu processo sócio-histórico. Ele auxiliou na construção de uma consciência identitária nacionalista, contribuindo para a resistência e na luta contra os invasores portugueses.

Nesses musseques/bairros, reuniam-se angolanos de várias regiões do país, como Malanje, Benguela, Bié, Uíge, Cabinda, Zaire, Kwanza Norte e muitas outras. Todos foram marginalizados pelas políticas coloniais implementadas pelos portugueses, que promoveram uma reestruturação obrigatória da cidade. Assim, os musseques tornaram-se um espaço de encontro entre diferentes grupos socioculturais, influenciando diretamente a formação do semba e tornando-o um ritmo de evidente pluralidade cultural.

Contextualização Histórica

No período do século XX, Luanda é constituído por uma sociedade marcada por segregação racial, entre brancos, indígenas e mestiços. Algumas posições sociais de privilégio eram ocupadas por uma elite branca colonial, mas, postos administrativos eram exercidos por mestiços que tinham um certo poder local. Até na década de quarenta, Luanda mostra-se uma urbe marcada por influência mestiça, onde a sua manifestação cultural urbana intermédia entre valores tradicionais europeu e africano.

Os pensamentos do sociólogo Gilberto Freyre tornaram bem, lusotropicalismo, como instrumentos práticos da política colonial na época, os objetivos de Portugal em África depois do acontecimento da Segunda Guerra Mundial. Marcadas ou ligadas à lusitanidade e à portugalidade, apesar das contradições da atuação da nação portuguesa, ainda havia grande convicção, entre as décadas de 1960 e 1970, na formação de uma comunidade luso-tropical em Angola (Neto, 1997). Além disso, cogitava-se a possibilidade de uma convivência entre brancos e negros mais harmoniosa, ressaltando que a concepção da multirracialidade já estava instaurada, definindo um espaço de coexistência entre diferentes grupos raciais. Segundo Nascimento (2013), a construção dessa nova elite encontrou seu amparo legal, na legislação portuguesa da época, isto é, o Estatuto do Indigenato de 1926, o Acto Colonial de 1930 e, conseqüente, o Decreto lei 1954, que mais tarde viria modificar a lei sobre o Estatuto do Indigenato.

Na época dos anos quarenta, o colonizador incrementa projetos que desenvolvessem, significativamente, o caminho para urbanização da cidade de Luanda, com uma nova onda de imigração de estrangeiros no território de Angola, isto é, em relação ao desenvolvimento colonial. Esse processo, mais tarde, gera uma mudança social, permitindo a ascensão da elite crioula luandense, a partir daqui se implementa um sistema político colonial de ocupação territorial do homem branco, encabeçado pelo regime ideológico do “Estado Novo¹” de Oliveira Salazar (Vilas, 2019).

No momento que Luanda crescia de forma demográfica, no mesmo nível se urbanizava, mas dividido geograficamente em duas zonas, a “baixa da cidade” e o

¹ O termo oficial de “Estado Novo”, foi criada por questões ideológicas e propagandísticas. Serviu para registrar a chegada de uma nova época política, iniciada pela Revolução de 28 de maio de 1926, dando uma introdução que tecnicamente é de um sistema presidencialista, autoritária e antiparlamentar do Estado. Nessa perspectiva, o Estado Novo acabou por fechar o período do liberalismo em território português, alargando nele, não somente a Primeira República de 1910 a 1926, aliás, o constitucionalismo monárquico de 1822.

“musseque”, brancos, mestiços e pretos indígenas². Os assimilados³ eram desalojados da baixa de Luanda, posteriormente, o espaço passou a ser ocupado por imigrantes europeus brancos que decidiram se estabelecer na região. Os primeiros chegaram em busca de moradia, principalmente nos musseques/bairros de Luanda, onde já viviam os indígenas africanos, com os quais passaram a conviver.

Para os africanos eram destinados dois estatutos. O primeiro, o de “assimilado”, aplicava-se a uma elite angolana que tinha acesso à educação, aos serviços públicos de saúde, à administração colonial e quase os mesmos direitos dos cidadãos portugueses. Por outro lado, a maioria dos nativos africanos, que representava a maior parte da população, vivia em condições precárias sem acesso à educação, moradia digna ou emprego. Inclusive, os indígenas eram destinados ao trabalho forçado, sob pretexto de ser uma atividade civilizatória.

O estatuto de indigenato, no período do governo de Oliveira Salazar, teve como intuito segregar a população nativas africanas e assimilados como forma de domesticá-los. “A medida de aplicação dos usos e costumes indígenas será regulada tendo em conta o grau de evolução, as qualidades morais, a aptidão profissional do indígena e o afastamento ou integração deste na sociedade tribal” (Portugal, 1954, p. 202).

Moorman (2008 *apud*, Vilas, 2019) analisa que, os assimilados nos musseques viviam em condições péssimas, mesmo tendo acesso quase privilegiados, desde empregos formais, trabalhos nas administrações coloniais. Esses fatores em viver nos musseques luandenses, partilhando os mesmos espaços com os indígenas, permitiu uma relação de aliança entre eles, visto que, também sofriam as injustiças executadas no sistema colonial português.

Vários foram os bairros que se transformaram num autêntico bastião de resistência durante a colonização, a partir de expressões culturais e artísticas, a título de exemplos o “Bairro Operário”; como declara Amadeu Amorim em entrevista exclusiva, “é uma espécie de gueto onde os intelectuais e os trabalhadores começaram a se misturar” (Vilas, 2019, p.3).

A palavra “*semba*” deriva de “*massemba*” que significa umbigada, termo de origem Kimbundu, uma das línguas nacionais de Angola, falada nas províncias de Luanda, Bengo,

² Do lugar, originário, ou seja, alguém que faz parte de um grupo que habitava um determinado território antes da chegada de outros povos.

³ Algo ou alguém que passou por um processo de assimilação, ou seja, que foi absorvido ou integrado em um grupo, cultura, sistema ou ideia, tornando-se semelhante a ele.

Kwanza Norte, uma parte do Kwanza Sul, aliás, nesse espaço também é utilizado à língua Umbundu, com grande predominância, por último em Malanje. A umbigada é um movimento tradicional de dança realizado pelos angolanos, no qual os dançarinos buscavam tocar os umbigos como parte da coreografia.

Semba é um movimento de dança e um estilo musical folclórico de Angola. É uma manifestação cultural contagiante que aparece como modo para comemoração e método de resistência contra a colonização, camuflado nas canções populares. É um gênero de música de uma legião de apreciadores extensa, apresenta-se em cerimônias sociais, mormente, na cidade de Luanda, onde é o seu viveiro habitual, marcada pelas influências dos valores e costumes *ambundu*.

O semba foi se fortalecendo como um ritmo e, ao mesmo tempo, como um estilo de dança em Luanda. Além disso, serviu como uma forma de denunciar as atrocidades das políticas coloniais. Simultaneamente, foi projetado como um ritmo que incorpora um sentimento de pertença e unidade à nação angolana, expressando a sua identidade cultural, pois se trata de um país constituído por várias nações, como *Ngola e Kongo* (Soares, 2021).

As canções do gênero são construídas a partir de vivências sobre a vida nos musseques de Luanda, musicalizadas, ou interpretadas de modo sarcástico.

Grandes nomes da música angolana, não só ajudaram a popularizar o gênero musical semba dentro e fora de Angola, mas também contribuíram para a preservação das línguas angolanas e para o fortalecimento de Angola como nação. Dentre eles: N'gola Ritmos, Trio Feminino” Lourdes Van-Dúnem, Belita Palma e Sofia Rosa”, David Zé, Artur Nunes, Urbano de Castro, Os Kiezos, Jovens do Prenda, Kimbambas do Ritmo, Os Kissueias do Ritmo, Os Águias Reais, Os Merengues, Bonga, Carlos Burity, Elias Dia Kimuezo, Banda Maravilha, Banda Movimento, Semba Masters do kota Lito Graça e Paulo Flores.

Semba: Voz e vez do musseque

Ao compartilhar o espaço lado a lado com a população nativa, em sua maioria pobre e insatisfeita, os imigrantes testemunhavam as constantes violações de direitos a que esses povos eram submetidos, em razão das condições precárias impostas pelo regime colonial de Oliveira Salazar.

Porém, os nativos, selaram um acordo nacional de luta de libertação contra o colonizador branco, nessa agenda, não incorporavam apenas questões de teor político,

mas ideias de caráter recreativo e cultural, na sua maioria realizada nos musseques, como partida de futebol, música, farras.

Os angolanos recém-chegados a Luanda, pertencentes a diferentes etnias, trouxeram consigo suas práticas culturais, o que conferiu um novo dinamismo à região da baixa da cidade, correspondia à zona central, urbanizada. Local onde estavam administração, como também onde viviam a população branca europeia e rica. A partir do encontro entre esses diversos valores culturais, formou-se uma nova cultura luandense, marcada pela aglomeração e convivência de vários grupos distintos.

O semba é uma criação desse contexto, de reuniões artísticas, desportivas e recreativas, que permitiu construir pontes de aliança, entre os grupos socialmente segregados pelo regime colonial.

O musseque, definitivamente, com toda a sua efervescência política e cultural, no turbilhão da resistência, da conscientização e da mobilização social, torna-se o espaço onde as tradições das regiões rurais se encontram e se misturam, com as músicas de tradição europeia, e com gêneros e estilos vindo de outras partes do mundo para formar uma nova música popular urbana, que se afirma e tem seu carro-chefe: o semba (Vilas, 2019, p. 4).

O crítico e pesquisador musical angolano, Jomo Fortunato (2009 *apud* Alves, 2017) aborda que, o gênero semba, que surge nos musseques, ganha atualizações em lugar urbano, é influenciado e absorve, durante o processo da sua construção, arranjos das ferramentas de músicas ocidentais. É a partir desse contexto, a música popular periurbana vai ganhando à sua sonoridade.

Nesse sentido, a produção da música popular revitalizou e ecoou as vozes contestatórias oriundas do musseque, ressaltando os anseios libertários sobre Angola em relação ao regime colonial (Pinto, 2016).

Pode-se compreender o semba como aquele que incorporou entre si elementos estéticos textuais, mergulhados pela diversidade cultural que marcaram o contexto social, político e econômico da época, representados nos musseques. No qual reuniam grupos de jovens excluídos pelas estratégias coloniais em espaços marginalizados (Garcia e Reily, 2023).

Os musseques se transformaram em espaços que albergaram diferentes grupos culturais, elemento este que foram de base inicial para processo de formação do semba, várias são as sonoridades musicais vindas de zonas rurais e misturadas com tendências externas.

As composições de Semba, eram maioritariamente feitas em Kimbundu, serviam como modo de reivindicação em relação à valorização das línguas nacionais protestando contra a hegemonia do português. No começo, o público zombava, o kimbundu não era bem-visto pela população que frequentavam os espetáculos, chamando inclusive de “mussequeiros” (Kuschick, 2013).

Conforme Mea (1975 *apud* Negro, 2022), o grupo musical N’gola Ritmos tornou-se o primeiro a gravar uma música em Kimbundu, enfatizando na consciência coletiva angolana o desejo da promoção de uma identidade nacional.

A sua vertente reivindicativa não se resumiu apenas nas letras, ultrapassou para outra dimensão, palavras que ecoavam as vivências dos mussequeiros (Alves, 2016; Negro, 2022) numa forma incendiária com código de linguagem, que apelavam aos espezinhadors a gritarem pela liberdade, além dos instrumentos tradicionais, que mais tarde foram utilizados pelos grupos carnavalescos dos musseques.

As línguas angolanas: cultura e identidade nacional

Angola é um país constituído por povos bantu e não bantu, e esses grupos estão divididos pelas suas respectivas línguas. As línguas bantu estão divididas em 9 grupos principais, que são: língua *kimbundu*, língua *kikongo*, língua *ngangela*, língua *cokwe*, língua *olunyaneka*, língua *oshibelelo*, língua *oshindonga* e língua *umbundu*. Os principais grupos etnolinguísticos de Angola, segundo o Instituto Nacional de Estatística (2024), são:

O povo *ovimbundu* é considerado o maior grupo étnico do território, representando cerca de 29,1% da população. Habita principalmente as províncias do Huambo, Bié e Benguela e fala a língua umbundu, a primeira língua nacional com o maior número de falantes (17,1%).

Os *mbundu* ou *ambundu* constituem o segundo maior grupo étnico do país, representando cerca de 27,0% da população. Concentram-se nas províncias de Luanda, Bengo, Malanje, Kwanza Sul, Kwanza Norte e em pequenas áreas do Uíge. Falam kimbundu, a segunda língua nacional com o maior número de falantes em Angola (10,8%).

Os *bakongo* constituem o terceiro maior grupo étnico de Angola, representando cerca de 14,4% da população. Ocupam a zona norte e noroeste do país, abrangendo as províncias do Uíge, Zaire e Cabinda, além de uma pequena parcela da população no Kwanza Norte. Falam a língua *kikongo*, a quarta língua autóctone com o maior número de falantes (6,8%).

O povo *Lunda-Chokwe* constitui o quarto maior grupo étnico de Angola, representando cerca de 8,9% da população. Está localizado principalmente nas províncias da Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico, além de uma pequena proporção no Bié. Fala a língua *tchokwe*, a terceira língua nacional com o maior número de falantes (6,9%).

As línguas bantu, também denominadas línguas angolanas, constituem um conjunto diversificado de línguas faladas em Angola. Segundo alguns linguistas e antropólogos, há a hipótese de que existam cerca de 36 línguas bantu no país (Fonseca, 2012). No entanto, para Bernardo (2017), o território angolano abriga cerca de 20 línguas. Segundo o mesmo autor, a falta de recursos para a recolha de dados bibliográficos, aliada à ausência de uma política linguística bem estruturada por parte do governo, dificulta a obtenção de informações precisas sobre a diversidade linguística do país. Durante o período colonial, os portugueses implantaram inúmeras políticas para excluir e proibir as línguas angolanas no currículo escolar da época. Essas línguas compartilham semelhanças nas estruturas morfossintáticas, fonéticas, semânticas, lexicais e culturais.

Os portugueses usaram a língua portuguesa como uma ferramenta de segregação dos angolanos, com o objetivo principal de extinguir as línguas angolanas e sua cultura. Por isso, a cultura e a língua dos portugueses foram introduzidas na capital por meio de políticas violentas, que impuseram uma nova língua e cultura ao povo angolano. Essa política foi chamada de “linguicídio e epistemicídio” das línguas angolanas e de suas culturas em geral, deixando os angolanos/africanos mais aculturados aos costumes e hábitos europeus (Carneiro, 2005; Nascimento, 2016).

O governador português de Angola na época, Norton de Matos, implantou e publicou o Decreto nº 77, em 1921, que proibia o uso das línguas angolanas dentro do território de Angola. Os critérios estabelecidos eram os seguintes:

Artigo 1º, ponto 3: É obrigatório, em qualquer missão, o ensino da língua portuguesa; ponto 4: É vedado o ensino de qualquer língua estrangeira; Artigo 2º: Não é permitido ensinar, nas escolas de missões, línguas indígenas; Artigo 3º: O uso de língua indígena só é permitido em linguagem falada na catequese e, como auxiliar, no período do ensino elementar de língua portuguesa (Serrote, 2015).

Apesar de todas as violências linguísticas implementadas pelo colonizador, essas políticas falharam, pois, a língua portuguesa não conseguiu se fixar em todo o território

angolano. Isso ocorreu, em grande parte, porque apenas uma minoria da população tinha acesso à escolarização (alfabetização), e os angolanos não se deixaram intimidar. Os angolanos resistiram à imposição linguística colonial de várias maneiras. Como exemplo, temos a conservação das línguas nacionais: continuaram a falar línguas como o *Umbundu*, o *Kimbundu*, o *Kikongo*, o *Tchokwe*, entre outras, no cotidiano, principalmente no meio familiar e nos musseques. A transmissão oral também foi uma forma de resistência, por meio das histórias populares, dos provérbios, dos cantos e da transmissão de conhecimentos.

A resistência cultural passava pela manutenção dos costumes, das tradições, dos nomes, das canções populares e dos modos próprios de manifestação, que também serviam como ferramentas para conservar as identidades linguísticas e culturais. Continuaram a resistir ao processo de “assimilacionismo” ou “assimilação”, especialmente nas zonas rurais ou nas aldeias, onde as línguas angolanas permaneceram intactas e vivas (Ndombele, 2022).

O ano de 1959 registrou um fluxo massivo de cidadãos portugueses, nunca visto até então, concomitantemente às deslocações expressivas da população angolana da zona rural para as cidades. Esse movimento resultou, posteriormente, no início da luta armada pela independência. A população angolana sentiu-se na obrigação de aprender a língua do colono para ascender a um estatuto socioeconômico semelhante ao da elite portuguesa, tornando-se, assim, ocidentalizada. Esse processo ficou conhecido como “assimilacionismo” ou “assimilação”, e os indivíduos que passaram por ele eram chamados de assimilados. Para ser considerado assimilado, o angolano necessitava demonstrar que havia adotado as normas estabelecidas pelo poder colonial. Entre os requisitos estavam: falar e escrever bem o português, que era a língua oficial da estrutura da administração colonial e uma importante ferramenta para garantir o acesso à educação e ao emprego formal; incorporar-se aos hábitos e costumes europeus; e, por último, ser cristão, especificamente dentro dos modos de cristianismo orientados pelas missões e pelos órgãos coloniais.

O principal critério dessa política de ascensão de status era o domínio da língua portuguesa, pois “o bom conhecimento da língua portuguesa era a condição mais importante para aceder a qualquer cargo de destaque na sociedade colonial” (Gaspar, 2015).

Após a independência de Angola, os dirigentes falharam na implementação de políticas linguísticas que valorizassem mais as línguas angolanas e expressassem a

identidade nacional. Infelizmente, optaram por manter a língua do colonizador (o português) como a língua que representa a nossa cultura:

Não se podia escolher uma língua nacional para a comunicação porque seria criar desde logo uma hegemonia dialectal em termos de união para um mesmo objetivo. “A necessidade de intercomunicação impunha o uso do português, idioma neutro em relação às línguas nacionais e garantia a unidade com um só idioma para todos” (Serrote, 2019, p.19).

Naquela época, o kimbundu era a língua angolana mais falada na capital, Luanda, e abrangia grande parte do território nacional, com aproximadamente três milhões de falantes. Ou seja, o kimbundu poderia ter sido uma opção para se tornar língua oficial junto ao português. No entanto, ao me referir ao português, não falo do português de Portugal ou europeu, mas sim do português falado em Angola, que Mingas (2000) chamou de “pretoguês” e que, para muitos linguistas angolanos, é conhecido como “angolês”.

O linguicídio em Angola

Quando analisamos detalhadamente o linguicídio no território angolano, o ponto crucial dessa abordagem remonta aos primeiros contatos comerciais entre os invasores, comerciantes e navegadores portugueses, entre eles Diogo Cão, e o rei do Manicongo, na foz do rio Zaire, em 1482/1483. No entanto, foi no século XIX que se consolidou a imposição de uma política colonial capitalista e racista. Os invasores portugueses estruturaram essa política de forma meticulosa, visando à extinção das línguas angolanas e, simultaneamente, o apagamento de sua tradição cultural (Carneiro, 2005; Quijila, 2022; Quijila, 2023).

A colonialidade está presente nas marcas das hierarquias raciais criadas pelos europeus, sustentando a ideia de que existe uma raça superior e outra subalterna. Ou seja, a noção de que políticas de dominação ou imposição cultural, política e religiosa poderiam ser criadas para submeter um povo a outro, com o objetivo de estender sua soberania (Quijano, 2005; Mudimbe, 2019). Partindo desse pressuposto, entendemos que a imposição de uma política colonial, evidente na catequização dos africanos, serviu como uma arma letal para o linguicídio das línguas bantu e não bantu no território.

Os imperialistas lusitanos utilizaram a língua portuguesa como instrumento para a extinção das línguas angolanas no território explorado. “Implementou-se uma política

chamada assimilacionismo ou assimilação, que consistia na divisão do povo angolano em assimilados/civilizados e não-assimilados/indígenas” (José, 2025, p.175). No entanto, a imposição dessa política colonial tinha como um dos objetivos o linguicídio e o epistemicídio das línguas angolanas e das tradições africanas, embora essa política não tenha alcançado cem por cento do resultado almejado pelos colonizadores (Carneiro, 2005; Augusto, 2016).

A palavra “colonizar” carrega uma significação pesada e negativa, pois remete à exploração, à imposição de regras que beneficiam apenas o colonizador e à criação de políticas voltadas para o apagamento da cultura do povo subjugado.

Nesse raciocínio, entendemos que o papel dos missionários católicos na estratégia de implementação da política colonial portuguesa, entre os séculos XVI e XVIII, sobretudo nos impérios do *Kongo*, *Matamba* e *Ndongo*, implicou na demonização das espiritualidades desses povos. Além disso, trouxe impactos significativos na aceitação da identidade linguística local, de acordo com Tzvetan Todorov (1999 *apud* Quijila; Garcia, 2023).

O governo imperialista português optou por separar e isolar os angolanos etnicamente para evitar rebeliões e, ao mesmo tempo, impedir que utilizassem suas línguas locais (David, 2023). Isso ocorreu porque os colonizadores compreendiam que as línguas são ferramentas fundamentais para a criação de códigos linguísticos que poderiam fortalecer a resistência e a organização dos povos locais.

Durante esse período de separação e isolamento étnico dos africanos uma estratégia meticulosamente arquitetada pelos invasores, que na qual a Igreja Católica desempenhou um papel crucial na concretização desse processo. De acordo com Severo (2014 *apud* David, 2023), a Igreja Católica, enquanto instituição religiosa, missionária e educacional, foi uma das ferramentas coloniais que mais restringiu a liberdade cultural e linguística do povo angolano. Como consequência, nos dias atuais, muitos angolanos ainda negam ou sentem vergonha de falar suas línguas maternas (ou língua materna dos seus pais) e de aceitar suas próprias tradições.

Metodologia e análise

Adotamos a metodologia de pesquisa bibliográfica, associada às abordagens audiovisual e explicativa. Considerando a questão central do presente artigo, sobre a qual vários dos autores mencionados se debruçam, procuramos analisar minuciosamente duas

letras de músicas do estilo semba e, também, um pequeno trecho de uma entrevista concedida pelo cantor Bonga. Com objetivo de enfatizar vários pontos evidentes sobre a preservação da identidade linguística angolana, examinamos as letras de semba do cantor Bangão, um músico, compositor e intérprete nascido em 27 de setembro de 1962, no município do Sambizanga, em Luanda, com título “Sembele”. Simultaneamente, analisaremos a letra de Bonga Kwenda, cantor e compositor angolano, com título “Mona ki Ngi Xica” e sua entrevista no “Move On Podcast”.

O semba é uma manifestação cultural e linguística que incorpora as línguas bantu e não bantu em suas letras musicais como forma de resistência contra a hegemonia linguística do português europeu. Dessa forma, usamos as nossas consciências e conhecimentos identitários, linguísticos e históricos (os autores, um linguista e outro historiador angolano) para fazermos o reconhecimento de termos utilizados de origem africana.

Começamos por analisar os trechos presentes na música abaixo:

Sembele - Bangão

O mona se uá kuamba mãe

Mungongo mumu pe ua jinbirilé

Ué talenu guelito

Lelu henda ua xi dia nketue

Tu ndeka filo mãe

Mona uenda pe

Mbonga vokange

Ki ua nbingi pala kumsasa

Sembele samtele ngo kuxicola

Mukonda dia kukuanba mae

Guerito leluabi luka mukoza

Se uala kambolo kujimbie(...)

A letra da música mencionada acima, *Sembele*, agrega expressões típicas das línguas angolanas, demonstrando a criatividade e a diversidade linguística e cultural do território angolano. O kimbundu⁴ está fortemente presente em todas as estrofes do cantor Bangão,

⁴ Língua bantu falada em Angola, principalmente no norte do país, incluindo a capital Luanda

trazendo uma marca profunda da cultura angolana, especialmente pelo uso dessa ferramenta ancestral⁵.

O título “Sembele” é uma expressão que remete ao sofrimento de uma pessoa, geralmente uma criança ou jovem. A música retrata a história de uma criança que perde os pais e passa a viver com o tio, sendo impedida de frequentar a escola é obrigada a desempenhar funções de servente. Ao longo da letra, as expressões em kimbundu evocam um contexto tradicional e contribuem para a codificação da mensagem transmitida na canção. Isso é a expressão de que a obra carrega significados mais profundos sobre relações socioculturais, incluindo possíveis críticas às desigualdades sociais e às consequências de processos históricos como a colonização, bem como referências à visão de mundo e à espiritualidade presente no contexto angolano.

Portanto, naquela época, os cantores já compreendiam que é nomeando que o racismo exerce seu poder de criação do outro como racializado. Ou seja, cantar na língua do colonizador (português padrão) seria uma forma de desumanizar o povo africano (Fanon, 2008; Veronelli, 2016; Nascimento, 2019).

Ao cantar em sua própria língua (kimbundu), Bangão reafirma as identidades africanas/angolanas e a utiliza como um meio de resistência e preservação cultural, pois, naquele período, os portugueses implementaram políticas linguísticas voltadas à extinção das línguas africanas (Carneiro, 2005).

Na letra a seguir:

Mona Ki Ngi Xica – Bonga
Alukeno n'golofua
N'ga mu bingi kia ze
Muene uando kala benieba
Eme n'gondo yami
Mona mona muene
Kissueia weza
Mona mona muene

⁵ Sentimos a necessidade de apresentar as letras em línguas nacionais, sobretudo em kimbundu, para contextualizar o processo de resistência e de expressão da identidade pelo qual essa língua passou ao longo do período colonial.

Kalunga n'gumba
 Mona mona muene
 Kissueia weza
 Mona mona muene
 Kalunga n'gumba (...)

As letras das músicas analisadas estão em kimbundu, e não em português, uma vez que o canto em línguas nacionais constituiu uma forma de protesto e resistência à imposição da língua portuguesa no território angolano. Por isso, surgiu a necessidade de evidenciar no fortalecimento da identidade linguística de Angola.

A letra *Mona ki Ngi Xica* carrega uma forte carga emocional e simbólica, representando um diálogo profundo sobre perda, resistência e identidade dos angolanos. Para Fanon (2008), a língua é um lugar fundamental da cultura de um povo, funcionando como um espelho de sua identidade. Como ele atesta, “falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (Fanon, 2008, p. 33).

No verso “Kissueia weza”, que, traduzido para o português, significa “O invasor chegou”, explicita a discussão sobre a invasão colonial. Era necessário cantar em línguas angolanas como forma de resistência e de não submissão aos imperialistas portugueses. Assim, as músicas reforçam as tradições orais africanas.

Por fim, analisamos um trecho *Move on Podcast*, com a apresentadora Vanda Pedro. Nele, o cantor renomado Bonga afirma o seguinte:

“A França é que me dá aquela pulunguza (força) de fato que eu não contava, nenhum artista conta com isso. Não sou francês e como tal africano que sou, e defendo sobretudo as tradições e cantar, sobretudo, nunca cantei em francês, nunca cantei em inglês, apesar de saber falar inglês [...]” (Fala de Bonga, 2024).

Continuando nesse pensamento, conseguimos notar que o cantor Bonga tem uma noção e uma maturidade sobre a preservação da cultura angolana. Ou seja, ele sabia que cantar em língua angolana seria uma grande contribuição para o país e para a preservação das línguas angolanas no cenário mundial, uma vez que o semba é um estilo de música ouvido fora de Angola/África e que também serviu como denúncia das várias atrocidades que os invasores portugueses cometeram em Angola/África.



Figura 1: Vanda Pedro entrevistando o astro da música angolano Bonga. Fonte: https://www.instagram.com/p/DF-ezGdtDiN/?img_index=4&srtk=MWFocWYxZ3VsdWc5MQ==.

Considerações Finais

Este artigo surge da necessidade de revisitar várias abordagens que afirmam e evidenciam que o semba tem papel importantíssimo na preservação e afirmação da identidade linguística e cultural do povo angolano.

Surgido nos musseques/bairros de Luanda (capital atual de Angola), esse estilo musical reflete a diversidade étnica e linguística de Angola, tendo sido uma ferramenta de resistência durante o período colonial e, posteriormente, um símbolo de unidade nacional.

O semba ao longo do tempo acompanhou as transformações sociais e políticas do país, reforçando o sentimento de pertencimento e orgulho cultural entre os angolanos.

Assim, o semba não é apenas uma expressão artística, mas um verdadeiro patrimônio imaterial que conecta o passado colonial à construção de uma Angola livre, diversa e culturalmente rica, promovendo o reconhecimento e a valorização das línguas angolanas e as suas tradições no cenário nacional e internacional.

Referências

ANGOLA. Instituto Nacional de Estatística (INE). *Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação 2024: relatório geral*. Luanda: INE, 2025. Disponível em: <https://censo2024.ine.gov.ao/index.html>. Acesso em: 6 ago. 2026.

ALVES, Amanda Palomo. Oh, Muxima! A formação da música popular urbana de Angola e o grupo “N’gola Ritmos” (1940-1950). *TEL: Tempo, Espaço e Linguagem*, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 193–218, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5935/2177-6644er.20160023>. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/view/8780>. Acesso em: 26 mar. 2025.

AUGUSTO, Moisés Alves. Morfologia contrastiva entre português e kimbundu: obstáculos e suas causas na escrita e ensino da língua portuguesa entre os kimbundu em Angola. 2016. 225 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/19178>. Acesso em: 13 out. 2026.

BERNARDO, Ezequiel Pedro José. Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua portuguesa em Angola. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, n. 32, p. 39–54, 2017. DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2017.32/pp.39-54>. Disponível em: <https://rilp-aulp.org/index.php/rilp/article/view/RILP2017.32.2>. Acesso em: 13 out. 2026.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 13 out. 2026.

DAVID, Makosa Tomás. As línguas angolanas: resistência e a cosmovisão do poder angolano no mundo. *Mandinga: Revista de Estudos Linguísticos*, Redenção, v. 7, n. 2, p. 7–21, 2023. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/mandinga/article/view/1495>. Acesso em: 13 out. 2026.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FONSECA, Dagoberto José. As línguas nacionais e o prestigioso português em Angola. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA (SIELP), 2., 2012, Uberlândia. *Anais [...]*. Uberlândia: EDUFU, 2012. v. 2, n. 1, p. 1–18. Disponível em: https://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/06/volume_2_artigo_083.pdf. Acesso em: 13 out. 2026.

FONSECA, Mariana Bracks. Rainha Nzinga Mbandi, Imbangalas e portugueses: as guerras nos quilombos de Angola no século XVII. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, v. 23, n. 2, p. 391–415, jul./dez. 2010. DOI:

<https://doi.org/10.14393/cdhis.v23i2.7657>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/7657>. Acesso em: 7 maio 2025.

GARCIA, Giovanna Rodrigues; REILY, Suzel Ana. *O papel do semba como forma de identidade nacional na sociedade colonial angolana*. 2023. Resumo de pesquisa (XXXI Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023. Disponível em: <https://sistemas-prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2023P21233A38208O5266.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2025.

GASPAR, Sofia Isabel Neves Fernandes. *A língua portuguesa em Angola: contributos para uma metodologia de língua segunda*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/15911>. Acesso em: 13 out. 2026.

JOSÉ, Justino Jorge. Angolês: identidade linguística dos angolanos. *Revista Linguagem*, São Carlos, v. 48, n. 1, p. 171–189, 2025. Disponível em: <https://linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/1702>. Acesso em: 13 out. 2026.

KUSCHICK, Mateus Berger; ZATTEIRA, Vilson. O semba nos musseques de Angola: estudos preliminares. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 23., 2013, Natal. *Anais do XXIII Congresso da ANPPOM: produção de conhecimento científico, artístico e filosófico na área de música: perspectivas e desafios atuais*. Natal: ANPPOM, 2013. Disponível em: https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2013/2406/public/2406-6908-1-PB.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

MINGAS, Amélia A. *Interferência do kimbundu no português falado em Luanda*. Luanda: Chá de Caxinde, 2000. Disponível em: <https://ameliamingas.org/publica>. Acesso em: 13 out. 2026.

MUDIMBE, V. Y. *A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde: Pedago, 2019.

NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NASCIMENTO, Washington Santos. *Gentes do mato: os “novos assimilados” em Luanda (1926–1961)*. 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15012014-104601/publico/2013_WashingtonSantosNascimento_VCorr.pdf. Acesso em: 26 jun. 2026.

NASCIMENTO, Washington Santos. Políticas coloniais e sociedade angolana nas memórias e discursos do escritor Raul David. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 265–289, dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.64269>. Acesso em: 13 out. 2026

NEGRO, Francesca. Mwangolé: a música angolana de intervenção como arquivo memorial e código poético. *Via Atlântica*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 196–229, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/va.i41.190200>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/190200>. Acesso em: 27 mar. 2025.

NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. *Lusotopie*, Paris, n. 4, p. 327–359, 1997. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1997_num_4_1_1105. Acesso em: 25 jun. 2026.

NDOMBELE, Eduardo David. A influência das línguas bantu no desenvolvimento do léxico de português em Angola. *Revista de Estudos de Português Língua Internacional*, v. 2, n. 1, p. 75–88, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/repli/article/view/64054>. Acesso em: 29 mar. 2025.

PODCAST MOVE ON. Entrevista com Bonga, apresentada por Vanda Pedro. [S. l.], 2024. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6OzSjxzTAf8>. Acesso em: 29 mar. 2025.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 39.666, de 20 de maio de 1954. *Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique*. *Diário do Governo*, Lisboa, 20 maio 1954. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/39666-1954-635399>. Acesso em: 8 maio 2025.

PINTO, João Paulo Henrique. *A identidade nacional angolana: definição, construção e usos políticos*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2011.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142. Disponível em: <https://bibliotecarepositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/252555/1/Reorientev4-n1.pdf>. Acesso em: 13 out. 2026.

QUIJILA, Abel Calombo. Kimpa Vita: um caso de resistência contra o projeto de colonialismo na África no século XVII. In: GOMES, Arilson dos Santos; BARBOZA, Edson Holanda Lima; PAIVA, Geórgia Maria Feitosa e; MELLO, Ivan Maia de (org.). *Ensaio interdisciplinares em humanidades*. Rio Grande, RS: Editora da FURG, 2022. p. 21–41.

QUIJILA, Abel Calombo; GARCIA, Mbiavanga Adão. Nome e identidade cultural em Angola: o papel do nome em Kikongo como símbolo de preservação cultural Bakongo. *Revista Ideação*, n. 48, p. 103–114, jul./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.13102/ideac.v1i48.9239>. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/9239>. Acesso em: 13 out. 2026.

SERROTE, João Major. *Antroponímia da língua Kimbundu em Malanje*. 2015. Dissertação (Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/16178>. Acesso em: 13 out. 2026.

SERROTE, Wilton Pedro. *O renascimento do pensamento político africano: desconstruindo as categorias desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 2019. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) – Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1460>. Acesso em: 13 out. 2026.

SILVA, João Paulo Fonseca da. *Do Semba ao Samba: a história, a cultura e a produção de um carnaval como instrumento na prática educativa da Geografia: uma abordagem*. 2021. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/15554/1/doSEMBAaoSAMBA.pdf>. Acesso em: 13 out. 2026.

SOARES, André Castro. Sembapatrimôniomaterial.com: performances locais, narrativas nacionais imaginadas, diálogos a partir do terreno. *GIS – Gesto, Imagem e Som – Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 6, n. 1, e-174219, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-3123.gis.2021.174219>. Disponível em: https://revistas.usp.br/gis/pt_BR/article/view/174219. Acesso em: 13 out. 2026.

THORNTON, John K. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400–1800*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

UNESCO. *História geral da África*. Brasília, DF: UNESCO; Secad/MEC; UFSCar, 2010. 8 v.

VERONELLI, Gabriela. A coalitional approach to theorizing decolonial communication. *Hypatia*, v. 31, n. 2, p. 404–420, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/hypa.12238>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44076478>. Acesso em: 13 out. 2026.

VILAS, Ricardo. Brasil, Angola, Moçambique: construção de identidade através da música popular. *Revista Sonora*, v. 8, n. 14, 2019. Disponível em: https://www.iar.unicamp.br/wpcontent/uploads/2021/07/V8_ED14_A3_brasilangola.pdf. Acesso em: 24 mar. 2025.

Agradecimentos

Agradecemos, primeiramente, ao Bonga Kwenda, cuja contribuição à cultura angolana é inestimável. Sua trajetória artística e o seu compromisso com a valorização da

identidade cultural foram uma importante fonte de inspiração para a realização deste artigo.

Estendemos também nosso reconhecimento a todos os angolanos que têm se dedicado à divulgação e valorização da nossa música, mantendo viva a riqueza cultural de Angola e fortalecendo suas expressões linguísticas e artísticas no mundo.

A todos, os nossos sinceros agradecimentos.

Recebido em 09 de novembro de 2025.

Aceito em 18 de agosto de 2026.